



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista
Área Administração

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.

2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2º parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em o que vai contra suas convicções progressistas (1º parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3º parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto (...)* (2º parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2º parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
Via @carla_gabola
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditasse.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupoloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita (...)* na teoria de Darwin // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda (...) e direita (...) trocam incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores (...) invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabere**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.
-
10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento
- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
 - (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
 - (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
 - (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
 - (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.

12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.

Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
- (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
- (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
- (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
- (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais

13. Considere as seguintes orações:

- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
- II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
- III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.

14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:

- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito à um mínimo de privacidade.
- (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
- (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
- (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
- (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.

15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:

- (A) *Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...*
- (B) *Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".*
- (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais...*
- (D) *Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares (...)?*
- (E) *...a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público-Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a consequente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatória.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterà também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. É considerada de eficácia limitada, na medida em que dependente de regulamentação para a produção de efeitos, a norma constitucional segundo a qual
- (A) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
 - (B) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
 - (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 - (D) são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - (E) são direitos dos trabalhadores a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
-
32. A Constituição Federal assegura a todos, gratuitamente,
- (A) assistência jurídica integral, a ser prestada pelo Estado, por meio das Defensorias Públicas da União e dos Estados.
 - (B) a ação de *habeas data*, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
 - (C) a prática dos atos necessários ao exercício da cidadania, por meio da ação de mandado de injunção, na hipótese de lesão ou ameaça a direito dessa natureza por ato do Poder Público.
 - (D) a ação civil pública, com vistas a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, salvo comprovada má-fé do autor.
 - (E) o direito de oposição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, incluída a obtenção de certidões para esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.
-
33. No curso de investigações relativas ao suposto desvio de verbas públicas no âmbito da Administração federal, o Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI instaurada na Câmara dos Deputados determina que seja realizada busca e apreensão de equipamentos de informática de uso pessoal no domicílio de servidor público investigado. Nesse caso, à luz da Constituição Federal, a busca e apreensão foi determinada de maneira
- (A) irregular, uma vez que a inviolabilidade de domicílio é matéria sujeita à reserva jurisdicional, estando a medida sujeita a questionamento mediante *habeas corpus* de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) irregular, uma vez que a inviolabilidade de domicílio é matéria sujeita à reserva jurisdicional, estando a medida sujeita a questionamento mediante mandado de segurança de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) irregular, uma vez que a inviolabilidade de domicílio é matéria sujeita à reserva jurisdicional, estando a medida sujeita a questionamento mediante mandado de segurança de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) irregular, uma vez que a inviolabilidade de domicílio é matéria sujeita à reserva jurisdicional, estando a medida sujeita a questionamento mediante *habeas corpus* de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) regular, uma vez que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais.
-
34. Será incompatível com a Constituição Federal a lei
- (A) complementar estadual que institua região metropolitana, consistente no agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - (B) complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas em matéria de direito do trabalho.
 - (C) municipal que autorize a exploração direta ou mediante concessão de serviços locais de gás canalizado.
 - (D) estadual que disponha sobre a criação, organização e supressão de distritos no âmbito dos Municípios.
 - (E) municipal, de iniciativa da Câmara Municipal, que fixe os subsídios de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários municipais.



35. Considere as seguintes situações:

- I. Aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário aos responsáveis por bens de fundação mantida pelo Poder Público federal.
- II. Julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- III. Sustação da execução de contrato celebrado por órgão da Administração direta federal considerado ilegal.
- IV. Tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

À luz da Constituição Federal, trata-se de competências, respectivamente,

	I	II	III	IV
A	do Tribunal de Contas da União	do Congresso Nacional	do Congresso Nacional	da Câmara dos Deputados
B	do Congresso Nacional	do Tribunal de Contas da União	do Tribunal de Contas da União	da Câmara dos Deputados
C	do Tribunal de Contas da União	do Tribunal de Contas da União	do Congresso Nacional	da Câmara dos Deputados
D	do Congresso Nacional	da Câmara dos Deputados	do Tribunal de Contas da União	do Congresso Nacional
E	do Tribunal de Contas da União	da Câmara dos Deputados	do Congresso Nacional	do Congresso Nacional

Noções de Direito Administrativo

36. A um servidor público titular de cargo efetivo foi atribuída a suposta autoria pelo cometimento de uma infração disciplinar grave. Instaurou-se, assim, processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade. Imputavam-lhe a autoria de ocultação de documentos, com intuito de beneficiar uma empresa privada devedora de tributos. No curso do processo foram ouvidas inúmeras testemunhas, cujos depoimentos oscilaram em favor e contra o servidor, nenhuma delas afirmando ter manuseado esses documentos e tampouco visto o ato de ocultação. O servidor requereu a juntada ao processo disciplinar de cópias dos referidos documentos, para comprovar que o conteúdo deles em nada interferiria em qualquer decisão em relação a empresa, de forma que o sumiço dos mesmos não possuía a relevância que lhe havia sido atribuída como ocultação. A juntada da prova foi indeferida, tendo o servidor, como responsável pela seção, sido apenado com demissão. No que se refere ao controle da Administração pública, o servidor
- (A) pode pleitear judicialmente a anulação da decisão que lhe demitiu e do procedimento a partir do indeferimento da produção de provas que requereu, por cerceamento de defesa, inclusive porque o ato que lhe fora imputado também poderia tipificar ato de improbidade e a documentação que pretendia apresentar tinha probabilidade de afastar a configuração de dolo ou de prejuízo ao erário.
 - (B) pode pleitear judicialmente a revisão do procedimento, anulando-se os atos de produção de provas e revogando-se o apenamento, porque desproporcional ao ocorrido, restringindo-se os fatos a extravio de documentos, que se comprovariam irrelevantes.
 - (C) deve impetrar recurso administrativo para requerer a produção de provas que lhe fora negada, sob o argumento de que seu conteúdo afastaria sua condenação e comprovaria a adequação dos atos da empresa que produziu os documentos, podendo servir como prova emprestada.
 - (D) pode pleitear a anulação do ato de demissão junto ao Tribunal de Contas, responsável pelo controle externo da Administração no âmbito do Legislativo, porque eivado de vício de legalidade ao negar vigência ao princípio da ampla defesa e do contraditório, além de apresentar desproporcionalidade e irrazoabilidade na gradação da sanção.
 - (E) deve recorrer ao Judiciário para obstar a decisão condenatória porque esta, em razão dos fatos que a fundamentaram e a confirmação da autoria, acarretam comunicação à autoridade competente para imputação de sanção de improbidade administrativa.
37. Durante as comemorações do aniversário de um município, que aconteciam na praça matriz, houve um princípio de tumulto, possibilitando que se desse início a uma série de furtos. Em decorrência desses acontecimentos, o policiamento foi acionado e durante as ações de contenção, houve troca de tiros, ao que consta, iniciada pelos agentes policiais, atingindo alguns munícipes, um deles de forma fatal. A família do munícipe falecido
- (A) deve pleitear indenização por danos morais e materiais em face dos responsáveis pelos disparos, que respondem subjetivamente.
 - (B) pode pleitear indenização pelos danos emergentes comprovados, bem como por possíveis danos morais, em face tanto do poder público responsável pelo policiamento, quanto daquele incumbido de garantir a segurança dos munícipes no evento, demonstrado o nexo de causalidade.
 - (C) deve, após apuração da identidade e responsabilidade do atirador, propor demanda de ressarcimento de danos em face do mesmo.
 - (D) não pode propor ação de indenização em face do Município ou do Estado, tendo em vista não ser possível identificar o agente responsável, caracterizando-se o evento como caso-fortuito.
 - (E) pode responsabilizar objetivamente o poder público caso o serviço de socorro médico não tenha prestado a assistência necessária ao munícipe enquanto ferido, mas não pelos fatos ocorridos durante o tumulto, porque imprevisíveis ou inevitáveis.



38. Necessitando o Poder Público implantar uma importante obra viária, incluindo a construção de uma rodovia para interligação de três municípios, deparou-se com a existência de áreas ocupadas no trajeto, em sua maioria imóveis regularizados. Em razão desse aspecto, o Poder Público
- (A) deve alterar o traçado da rodovia para não atingimento de trechos ocupados, caso esses imóveis tenham características urbanas, sirvam à efetiva residência de seus proprietários e constituam única propriedade dos mesmos.
 - (B) pode adquirir todas as propriedades onerosamente, pelo valor que seus proprietários atribuírem e demonstrarem, a fim de que a desocupação seja voluntária, sob pena do emprego de poder de polícia para desocupação, que difere o acordo quanto à precificação dos imóveis.
 - (C) pode desapropriar os imóveis, mediante prévia indenização em dinheiro pelo valor de mercado, demonstrado em avaliação técnica, a fim de garantir a adequada equivalência e viabilizar a realocação dos proprietários em outro local.
 - (D) deve desapropriar os imóveis, mediante justa e prévia indenização, parte em dinheiro e parte mediante expedição de precatório, mostrando-se inviável qualquer alteração de traçado ou acordo, tendo em vista a importância da obra de infraestrutura e seu cronograma de implantação.
 - (E) pode requisitar administrativamente as áreas, diante da urgência e da finalidade da desocupação, apurando-se, na sequência, o valor de mercado dos imóveis e, no caso de discordância entre as partes, recorrendo-se à via judicial.
-
39. Considere que os municípios de uma região metropolitana pretendam uniformizar e alinhar os serviços de abastecimento de água em seus territórios, de forma a possibilitar que eventuais deficiências estruturais em uma localidade sejam compensadas pelas facilidades existentes em outra, garantindo assim a qualidade e continuidade da prestação do serviço, pelo menor custo possível para a população atendida. Como forma de implementação da política desses municípios, está a
- (A) celebração de um convênio administrativo, por meio do qual os entes estabelecerão direitos e obrigações recíprocos, com desenho dos custos, desembolsos e remunerações a que farão jus, assim como a divisão de área em que cada ente prestará o serviço, desconsiderando-se os limites territoriais originais.
 - (B) constituição de um consórcio público, acordo de vontades firmado entre os entes públicos, por meio do qual se estabelecem as obrigações e contrapartidas para cada um dos entes públicos que o integra e as atribuições que cada qual deve desempenhar na execução da prestação dos serviços comuns.
 - (C) constituição de um consórcio público para prestação dos serviços públicos, sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica própria, de direito público, que passará a integrar a Administração indireta de cada um dos entes que o instituíram, devidamente autorizados por lei.
 - (D) formação de uma empresa pública, constituída sob personalidade jurídica de direito público, da qual participarão como acionistas, em igual proporção, todos os entes públicos interessados na outorga da titularidade e da execução dos serviços públicos na região metropolitana.
 - (E) instituição de uma autarquia por todos os entes interessados na unificação dos serviços, mediante autorizações legislativas próprias, para a qual poderá ser delegada a titularidade e a execução do serviço público em questão, sem prejuízo daquela pessoa jurídica poder ser contratada por outros municípios para a mesma finalidade.
-
40. Próximo do início do ano letivo, determinada administração municipal identificou que o material didático encomendado, já impresso e apresentado, continha erros formais e materiais que impediam sua utilização pelos alunos da rede pública. O administrador, diante dessa situação
- (A) deve licitar uma contratação emergencial, abreviando o rito procedimental para que a conclusão, homologação e adjudicação do objeto aconteçam antes do início do ano letivo.
 - (B) deve rescindir o contrato de fornecimento anteriormente firmado, somente após o quê poderá dar início a novo certame para produção do material didático necessário.
 - (C) poderá realizar contratação emergencial para confecção do novo material necessário para fornecimento durante o ano letivo que se aproximava.
 - (D) deve recusar o recebimento do material, em se tratando de contrato por escopo, e exigir a entrega do objeto contratual nos moldes como contratado, sob pena de incidência das sanções contratuais.
 - (E) deve rescindir o contrato firmado e promover a contratação emergencial para fornecimento do material didático, a fim de garantir que no início do ano letivo todas as unidades de ensino tenham os livros necessários para as aulas regulares.

**Administração Financeira e Orçamentária**

41. Considere os seguintes itens:

- I. Dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- II. Dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- III. Transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- IV. Dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- V. Dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

A Lei nº 4.320/1964 estabelece que esses itens correspondem, respectivamente, a

- (A) despesas de custeio, transferências correntes, subvenções sociais, inversões financeiras e investimentos.
- (B) transferências correntes, transferências de capital, subvenções econômicas, investimentos e inversões financeiras.
- (C) transferências correntes, transferências de capital, subvenções sociais, investimentos e inversões financeiras.
- (D) despesas de custeio, transferências de capital, subvenções econômicas, investimentos e inversões financeiras.
- (E) despesas de custeio, transferências correntes, subvenções econômicas, investimentos e inversões financeiras.

42. Um contabilista de um órgão público precisou abrir um crédito adicional. Para tanto, ele verificou, como condição, que já havia autorização por lei, com exposição justificativa, e recursos disponíveis para ocorrer a despesa. A abertura desse crédito adicional ocorreu por decreto executivo. Com base nessas informações e na Lei nº 4.320/1964, é possível afirmar que trata-se de um crédito adicional

- (A) suplementar, especial ou extraordinário.
- (B) especial, apenas.
- (C) suplementar ou especial, apenas.
- (D) suplementar, apenas.
- (E) especial ou extraordinário, apenas.

43. A Lei nº 4.320/1964, no que se refere às etapas da despesa orçamentária, estabelece que

- (A) a realização de despesa sem prévio empenho é admitida apenas para os setores de educação, saúde e segurança pública.
- (B) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos conforme percentual autorizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.
- (D) é vedada a emissão de empenhos globais ou por estimativa.
- (E) liquidação da despesa é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

44. Em um determinado órgão público, conforme previsão legal, houve a necessidade de entrega de numerário a servidor, para o fim de realizar despesa que não pode subordinar-se ao processo normal de aplicação. Esse procedimento, nos termos da Lei nº 4.320/1964, é o de

- (A) regime de adiantamento.
- (B) prévio empenho.
- (C) regime de caixa.
- (D) antecipação da receita orçamentária.
- (E) liquidação concomitante.



45. A Lei Complementar nº 101/2000 trouxe como uma de suas inovações mais marcantes o estabelecimento de limites para várias áreas dos gastos públicos. No que se refere à base de cálculo para a verificação desses limites, essa norma estabelece que
- (A) é denominada receita corrente nominal.
 - (B) é composta de receitas correntes e de capital.
 - (C) entram no cálculo, no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
 - (D) será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (E) é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, sem deduções.

Atenção: Para responder às questões de números 46 e 47 considere as seguintes siglas:

Siglas Utilizadas:

Lei Orçamentária Anual – LOA.

Lei De Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Plano Plurianual – PPA.

46. A Lei Complementar nº 101/2000 promoveu melhor detalhamento ao planejamento fiscal, regulamentando anexos específicos aos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal. Essa norma prevê os seguintes anexos:
- I. anexo de metas fiscais.
 - II. anexo de riscos fiscais.
 - III. demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

Esses documentos são, correta e respectivamente, anexos da

- (A) LOA, LDO e LDO.
- (B) LDO, LDO e LOA.
- (C) LOA, PPA e PPA.
- (D) LDO, LDO e PPA.
- (E) LDO, PPA e LOA.

47. Considere os seguintes itens:

- I. Critérios e forma de limitação de empenho.
- II. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- III. Demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- IV. Evolução do patrimônio líquido.
- V. Refinanciamento da dívida pública.

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que os itens I, II, III, IV e V devem integrar, respectivamente:

- (A) LDO, LDO, LDO, LDO e LOA.
- (B) LOA, LOA, LOA, LOA e LDO.
- (C) LDO, LDO, LDO, PPA e PPA.
- (D) LDO, LOA, PPA, PPA e LOA.
- (E) LOA, LDO, PPA, LDO e PPA.

48. Consoante dispõe a Lei nº 10.520/2002 para a modalidade pregão, poderão participar da sessão de lances o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços superiores àquela em até
- (A) 15%
 - (B) 5%
 - (C) 3%
 - (D) 10%
 - (E) 2%



49. Considere as seguintes afirmações:

- I. A licitação destina-se a garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- II. É permitida a inclusão no edital de licitação de cláusulas que restrinjam a competitividade em favor das sociedades cooperativas.
- III. A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público, os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- IV. Nos processos de licitação poderá ser estabelecida margem de preferência.
- V. Cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deve obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Conforme o disposto na Lei nº 8.666/1993, incidem nos princípios aplicados aos procedimentos licitatórios APENAS os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, III, IV e V.

50. Considere os seguintes grupos:

- I. compra, alienação e obras.
- II. alienação de bens, investidura e permuta.
- III. execução direta, execução indireta e empreitada por preço global.
- IV. concorrência, concurso e leilão.
- V. menor preço, melhor técnica e técnica e preço.

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, os grupos que representam, respectivamente, modalidades e tipos de licitação são APENAS

- (A) I e II.
- (B) IV e V.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e V.

Administração Pública

51. O modelo de Administração pública gerencial, implementado no Brasil a partir dos anos 1990, introduziu algumas inovações em relação ao modelo burocrático, dele se diferenciando, entre outros aspectos, pela

- I. possibilidade de contratualização de resultados para ampliação de autonomia das entidades.
- II. verticalização das estruturas hierárquicas e combate ao patrimonialismo.
- III. meritocracia e controle dos processos administrativos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



52. O conceito e as características da cultura organizacional são abordados pela literatura que estuda esse fenômeno nas organizações, apontando que
- (A) a natureza maleável da cultura organizacional permite diferentes percepções no âmbito interno e externo, o que denota o seu caráter avaliativo.
 - (B) os denominados artefatos observáveis, ao contrário do que o nome possa sugerir, correspondem aos aspectos fechados da cultura, tais como a ideologia e filosofia adotadas pela organização.
 - (C) os aspectos formais e abertos da cultura, denominados valores organizacionais, possuem caráter eminentemente avaliativo.
 - (D) a cultura possui, em seus níveis mais profundos, aspectos como as crenças inconscientes, denominados, por alguns autores, pressupostos básicos.
 - (E) a cultura pode ser avaliada como favorável ou desfavorável ao desempenho dos membros da organização, podendo ser mensurada por pesquisas periódicas.
-
53. Um dos principais modelos de excelência em gestão da qualidade na Administração pública é o preconizado pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, que apresenta diversos fundamentos e critérios, sendo que
- (A) a avaliação, tomando por base os fundamentos de excelência anualmente fixados pela FNQ para as organizações, aplica-se apenas para fins de pontuação no âmbito do Prêmio Nacional de Qualidade.
 - (B) tanto os critérios como os fundamentos de excelência podem ser divididos em subitens avaliatórios, para obtenção de pontuação quanto ao nível de qualidade da organização para fins de certificação.
 - (C) a avaliação do grau de excelência da organização depende da aplicação de testes de certificação por profissionais independentes, utilizando os fundamentos da metodologia correspondente.
 - (D) os critérios, compostos por subitens a partir dos quais são atribuídas pontuações, permitem às organizações medirem seu estágio em relação ao atingimento da excelência, independentemente de atribuição de prêmio.
 - (E) as organizações habilitadas a concorrer ao Prêmio Nacional de Qualidade oferecido pela FNQ são apenas aquelas que aplicam os critérios e indicadores específicos previamente fixados no processo competitivo.
-
54. Existem diferentes modelos de aprendizagem organizacional comumente apontados pela literatura. Um deles é o modelo behaviorista, cujo foco é
- (A) o domínio da capacidade cognitiva para aquisição de conhecimentos.
 - (B) a aquisição de conceitos e a solução de problemas.
 - (C) a circulação do conhecimento nos diferentes canais institucionais.
 - (D) a resolução sistemática de problemas como forma de apropriação de habilidades.
 - (E) o estudo das relações entre o comportamento, os estímulos e as consequências.
-
55. Suponha que determinada organização tenha contratado uma consultoria especializada para o desenho do seu planejamento estratégico. Na primeira reunião com os consultores contratados, os representantes da organização foram instados a refletir sobre a razão de ser da referida organização, porque ela existe e o que faz, como forma de expressar sua própria essência. Essa abordagem diz respeito à identificação, no âmbito do planejamento estratégico, de um importante aspecto da organização, correspondente
- (A) a seus símbolos institucionais.
 - (B) à sua visão de futuro.
 - (C) a seus valores.
 - (D) aos cenários para sua atuação.
 - (E) à sua missão.



56. Ao adotar metodologia de gestão por processos, um dos conceitos básicos que se coloca para a organização é a identificação do grau de maturidade de seus processos. De acordo com a classificação proposta pela *Society for Design and Process Science* – SDPS, o nível mais avançado de maturidade corresponde aos denominados processos
- (A) interoperados, executados e geridos com elevado grau de conhecimento das equipes envolvidas e minimização de riscos e efeitos indesejados.
 - (B) padronizados, a partir da adoção de manuais e metodologias aplicadas por equipes externas de consultoria especializada.
 - (C) modelados, quando ocorre a importação, pela organização, de modelos de processos cuja eficiência e eficácia são consagradas.
 - (D) emulados, que replicam, no âmbito interno da organização, as melhores práticas identificadas no mercado, utilizando o conceito de *benchmarking*.
 - (E) gerenciados, baseados no conceito de *workflows*, decorrentes do mapeamento e aprimoramento do fluxo dos processos repetitivos da organização.
-
57. Entre as diversas metodologias e ferramentas de gestão de projetos, destaca-se o *Program Evaluation and Review Technique* – PERT, que possui, como uma de suas características preponderantes, o gerenciamento
- (A) de escopo, com a descrição detalhada do projeto e do produto e monitoramento a partir de indicadores.
 - (B) de resultados, aplicando métricas próprias de comparação com experiências anteriores similares.
 - (C) do tempo estimado do projeto, a partir da média ponderada de estimativas (provável, otimista e pessimista).
 - (D) das equipes envolvidas, com aplicação de dinâmicas de grupo objetivando a otimização dos recursos de RH disponíveis na organização.
 - (E) do grau de satisfação do cliente final, usando pesquisas para obtenção de *feedbacks* e retroação de dados para aprimoramento contínuo.
-
58. As organizações que aplicam o conceito de gestão de pessoas por competências devem, como premissa para a utilização de tal método, realizar o denominado mapeamento de competências, que corresponde à identificação
- (A) das melhores oportunidades de negócios para organização.
 - (B) do grau de aderência das práticas de RH adotadas com os desafios apresentados.
 - (C) dos melhores profissionais disponíveis no mercado para contratação.
 - (D) dos colaboradores mais engajados na persecução dos objetivos da organização.
 - (E) do perfil técnico e comportamental necessário para cada função na organização.
-
59. Suponha que uma entidade integrante da Administração pública tenha adotado o conceito de gestão de desempenho buscando o aprimoramento da atuação de seus servidores. Nesse sentido, aplicou uma das metodologias de avaliação de desempenho consagradas, na qual o avaliado recebe *feedbacks* (retornos) de todas as pessoas com as quais se relaciona e não apenas de seus superiores. Essa metodologia corresponde a
- (A) Avaliação 360° ou circular.
 - (B) Avaliação Participativa por Objetivos.
 - (C) Escala Gráfica.
 - (D) *Balanced Scorecard*.
 - (E) Comparação Binária.
-
60. O conceito de cargo descrito pela literatura é o de uma unidade da organização, consistente em um conjunto de deveres e responsabilidades que o tornam separado e distinto dos demais. O denominado desenho de cargos (*job design*) compreende:
- I. o conteúdo do cargo, definido como o conjunto de atribuições e tarefas que o ocupante deverá desempenhar.
 - II. os métodos e processos de trabalho, ou seja, como as atividades deverão ser desempenhadas.
 - III. o posicionamento do cargo da carreira e os requisitos e critérios para promoção e progressão na carreira.
- Esta correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30